

Hobsbawm, a linguagem e o relativismo

Bruno B.A.Dallari
Professor do Departamento de Lingüística
PUC-SP

brunodallari@uol.com.br

1. Hobsbawm contra o relativismo

Num seminário de historiografia marxista realizado em novembro de 2004, Eric Hobsbawm, incumbido da comunicação conclusiva do evento, leu um texto intitulado “Manifesto pela História”¹. O manifesto pela história é essencialmente um manifesto contra o relativismo histórico e pelo restabelecimento de um fazer histórico ancorado na objetividade dos fatos e presidido por um ideal universalista de conhecimento.

Relativista, segundo Hobsbawm, é a produção histórica na qual o historiador assume e explicita um viés político ou uma motivação ideológica para o seu trabalho. O relativismo - pelo menos na versão combatida por Hobsbawm - considera não só legítimo, como desejável que o historiador abra mão de uma hipotética e inexistente objetividade dos fatos em benefício de perseguir uma trilha previamente estabelecida pela abordagem por ele adotada.

Nessa perspectiva, o fato perde a sua primazia como referência da produção historiográfica, em benefício da abordagem. A abordagem passa não só a selecionar os fatos relevantes e separá-los dos não relevantes, mas a estabelecer quando um fato é um fato. Abre-se a possibilidade de ter versões distintas e contraditórias sobre um mesmo conjunto de fatos e também sobre quais foram efetivamente os fatos. Perde o sentido supor que o reconhecimento de um fato possa confirmar ou desmentir tal ou qual versão da história. Cada uma delas pode, em princípio, ser legítima e aceitável, dependendo do ambiente em que é produzida e veiculada.

Uma produção histórica realizada nesses termos não pode ser considerada pesquisa científica, na medida em que as conclusões já estão definidas de antemão. Seu único papel é reiterar um ponto de vista previamente assumido, já que está desde logo excluída a possibilidade da investigação chegar a uma conclusão que contradiga suas premissas ideológicas. Esta produção não conversa, nem pretende conversar, com o resto da produção histórica, mesmo - talvez principalmente - daquela que verse sobre os mesmos temas.

¹ Para acessar diretamente a versão em português o link é <http://diplo.uol.com.br/2004-12,a1030>

Pode parecer paradoxal ao leitor desavisado que um historiador marxista reclame de quem faça história politicamente motivada, mas justamente, numa passagem do texto, Hobsbawm afirma que o que reivindica não é o estabelecimento de uma abordagem marxista em História, mas a incorporação da leitura marxista - desacompanhada do rótulo - ao acumulado do conhecimento histórico da humanidade. Para ele, se os fatos forem corretos e justamente observados e analisados, chega-se a esta leitura. A contribuição do marxismo é simplesmente o estabelecimento de uma verdade que possa ser universalmente reconhecida, porque baseada em fatos incontroversos, não o estabelecimento de uma corrente marxista disputando espaços com outras.

Essa reivindicação de universalidade pode parecer estranha num mundo acadêmico no qual os marxistas se consideram uma tribo entre outras. Mas ela é fiel ao espírito e aos propósitos de Marx, cujo horizonte era um ideal iluminista de verdade e de cientificidade na produção do conhecimento.

Esta concepção compreende - um dado fundamental para a crítica que se segue, neste artigo - uma visão estrita sobre a verdade. Ela é una e não admite contradições. Os fatos e os enunciados sobre fatos ou bem são verdadeiros ou são falsos. A explicação corresponde a um apanhado de fatos que devem perfazer um todo coerente. O conhecimento assim produzido será universal - válido para todos os sujeitos, em todos os contextos, cobrindo o objeto em todas as suas manifestações ou ocorrências.

Essas considerações são importantes para que se entenda porque o tom do texto de Hobsbawm é de campanha, a começar por seu título - *Manifesto pela História*. Não se trata de uma exposição, mas de uma convocação, de uma convocação ao combate. O mote inicial estabelece um lugar de fala cuja referência é inequivocamente Marx - o texto abre com a citação da conhecida formulação das *Teses sobre Feuerbach* de que os filósofos até agora só interpretaram o mundo e que é preciso que trabalhem pela sua transformação. Mais adiante, no entanto, ele postula a “reconstrução de um front da razão”, expressão que supõe que o apelo se dirige a um público mais amplo do que os marxistas. Chama a atenção a terminologia militar. Trata-se de uma campanha contra o obscurantismo, contra o irracionalismo, que viriam no cavalo de Tróia do relativismo - que, por sua vez, se suportaria na linguagem.

É este o tom e os termos da sua crítica:

“Diante de todas essas derivas, é hora de se restabelecer a coalizão dos que querem ver na história uma pesquisa racional sobre o curso das transformações humanas, ao mesmo tempo contra os que a deformam sistematicamente com fins políticos e, de modo geral, contra os relativistas e os pós-modernos que se recusam a admitir que a história oferece essa possibilidade.”

Hobsbawm não é pródigo em textos programáticos. Muito pelo contrário, suas raras contribuições ao meta-fazer histórico em geral aparecem na forma de breves considerações ou comentários em meio ao tratamento de um ou outro tema. Que ele tenha entendido ser o caso de produzir uma comunicação com este cunho, é sintomático ou pelo menos suficiente para que dediquemos a ela uma atenção particular.

Depois de afirmar que “a história precisa ser defendida contra aqueles que negam sua capacidade de nos ajudar a compreender o mundo”, Hobsbawm, ao procurar localizar as fontes desta perspectiva equivocada, diz:

“No plano metodológico, o fenômeno negativo mais importante foi a construção de um conjunto de barreiras entre o que se passou ou o que se passa em história e nossa capacidade para observar esses fatos e para compreendê-los. Tais bloqueios são devidos à recusa em admitir que existe uma realidade, objetiva, e não construída pelo observador para fins diferentes e cambiantes, ou ao fato de se afirmar que nunca podemos ir além dos limites da **linguagem**, isto é, dos conceitos que são a única maneira através da qual podemos falar sobre o mundo, inclusive sobre o passado.”

É uma acusação perturbadora para quem considera que o reconhecimento da centralidade da linguagem entre os fatos humanos e na própria definição da condição humana foi um dos grandes eventos da segunda metade do século XX, no campo do conhecimento institucionalizado, com grandes implicações filosóficas e práticas.

Como a incorporação da linguagem como componente da investigação histórica pôde se tornar tão nociva a ela? É pertinente a crítica de Hobsbawm? Está ela bem fundada? A Linguística efetivamente corrobora posições relativistas em História? Se não, como a História deve tomar em consideração as realidades que a linguagem coloca a seus pesquisadores? Este artigo passa estas questões em revista e propõe respostas específicas a cada uma delas.

2. Casos do relativismo histórico

A que espécie de produção historiográfica alude Hobsbawm?

Em primeiro lugar, a um tipo de produção endêmica no ambiente acadêmico anglo-saxônico, na qual o pesquisador participa de alguma espécie de movimento político ou ideológico e assume a sua pesquisa como parte de sua militância. Minorias étnicas, gays, feministas, vegetarianos etc. são os mais evidentes, mas nem de longe os únicos. Esta abordagem não se limita à História, mas se estende por todas as ciências sociais. E, partindo da influência dos EUA, ela ganhou campo por todo o mundo. Esta postura está, em geral, associada à esquerda liberal norte-americana, mas também tem referências em pesquisadores da esquerda européia que se propuseram a escrever uma “história dos vencidos” para se contrapor à usual “história dos vencedores” - alegadamente escrita por eles próprios para legitimar o seu poder.

É o caso no Brasil da vertente que critica a ênfase dada à participação da Princesa Isabel na libertação dos escravos e pretende enaltecer o papel de Zumbi nesse processo. Para o movimento negro, é uma questão de orgulho racial atribuir a sua libertação a um herói do próprio povo e não a uma concessão da elite branca. Em que medida pode-se relativizar o papel da Princesa Isabel em benefício do papel de Zumbi? Qual o grau de elasticidade que

suportam os fatos, de modo a dar suporte a uma ou outra interpretação? A partir de que momento pode-se falar em “falsificação histórica”? Ou não existe este momento?

Longe de poder ser enquadrada como uma posição “de esquerda”, o relativismo histórico também tem representantes na direita. Os mais visíveis atualmente são os revisionistas do Holocausto - aqueles que negam que tenha havido um massacre sistemático de judeus ou mesmo a própria existência das câmaras de gás. É o caso, por exemplo, do historiador S.E.Castan, que publicou títulos como *Holocausto judeu ou alemão? Nos bastidores da mentira do século* ou *Acabou o gás! O fim de um mito*.

No Brasil, e por toda a América Latina, o registro sobre os crimes cometidos pelas ditaduras militares vem sendo crescentemente objeto de controvérsias, nas quais historiadores revisionistas criticam como falso o papel de vilões com que são apresentados os militares em contraste com o papel heróico atribuído aos militantes comunistas, já havendo vários títulos publicados com este teor.

Em todos estes casos, o debate sobre os fatos efetivamente acontecidos se mistura com o da ênfase a ser dada a cada um e sobre o juízo de valor a ser atribuído aos partícipes destes eventos históricos.

A questão do relativismo não incide só sobre grupos mais ou menos exóticos, de ativistas de esquerda ou de direita. Ela atinge também os setores médios da opinião pública das sociedades mediatizadas.

No período das comemorações dos 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial, um historiador britânico publicou um artigo criticando a ênfase dada pela mídia ao Desembarque da Normandia, cujo significado militar foi mínimo face ao esforço de guerra soviético. Este foi completamente apagado dos relatos da vitória, o que transformou, na consciência ocidental, os Estados Unidos nos vencedores da Alemanha nazista, quando esta foi efetivamente derrotada pela União Soviética. Pode-se cobrar os órgãos da mídia ocidental por não atribuírem o verdadeiro peso ao esforço soviético? Ou a revista *Time* tem todo o direito de supor que seus leitores se interessam mais pelo Desembarque da Normandia do que por Stalingrado ou Kursk? Ao proceder assim, está ela falseando a História?

Não é raro que estas discussões se tornem questões de Estado. Um vivo debate no parlamento japonês discutiu, há poucos meses, como deveria constar nos livros escolares a participação - reputadamente cruel - dos invasores japoneses na China. Esta questão chega a fazer parte do contencioso diplomático entre os dois países. Também o parlamento francês discutiu e votou favoravelmente, em 2005, um artigo de lei que reza que “Os programas escolares devem reconhecer o papel positivo da presença francesa além-mar, particularmente na África do Norte”, de modo a não só rejeitar, como tornar ilegais, as versões que enfatizam a violência da ocupação francesa da Argélia.

É difícil presumir que a “resolução” de cada uma destas pendências historiográficas possa repousar apenas na devida reconstituição dos fatos. Porém, a atuação dos historiadores, por dever de ofício, consiste em ir aos fatos e conduzir o debate em torno dos fatos. A premissa com que eles necessariamente operam é que a forma de dirimir controvérsias históricas

consiste no levantamento e no esclarecimento dos fatos, mesmo reconhecendo - como a maior parte deles o faz voluntariamente - que é difícil que as posições ideológicas prévias do historiador não contaminem a condução da busca e os resultados da investigação.

Sendo assim, o que muda com a linguagem?

3. A linguagem incorporada à produção historiográfica

O movimento pelo qual a incorporação da linguagem afeta a investigação histórica consiste de dois passos: (a) a relativização do fato pelo estabelecimento da autonomia e da primazia do relato sobre ele e (b) a prescrição de que o historiador leve às últimas conseqüências essa realidade, assumindo o ponto de vista a partir do qual faz a sua história, sendo esta doravante sempre particular, nunca universal.

No momento em que se considera que a própria noção de fato é discutível, já que não existem fatos *a priori* e que eles dependem de serem recortados pela língua ou apontados pelo discurso para serem reconhecidos enquanto tais, instaura-se uma virtualidade, uma possibilidade permanente, de que, a cada vez que se pretenda dar conta de um conjunto de fatos, no âmbito de um trabalho histórico, um outro recorte pode vir a configurar aquela situação de outra forma, de modo que os fatos não serão mais aqueles, mas outros, e sem que se possa arbitrar definitivamente quais são afinal os verdadeiros fatos.

A diferença da situação anterior, na qual se admitia o viés ideológico, mas se acreditava na consistência referencial da linguagem, é grande. Uma coisa é considerar que é difícil chegar a uma versão única dos fatos. Outra, é considerar que as propriedades da linguagem tornam esta meta definitivamente impossível. A dificuldade era de ordem subjetiva - não se pode esperar que o historiador ou qualquer analista esteja imune a que o seu trabalho seja contaminado por seus valores e crenças. A impossibilidade é de ordem objetiva - o conhecimento passa pela linguagem, que é necessariamente enviesada, mesmo que todos estejam sinceramente empenhados em que ela não o seja.

O passo seguinte, entendido como corolário do primeiro, consiste na consideração de que, uma vez que sempre há, necessariamente, um posicionamento implícito na explicação histórica, ele deve ser expressamente assumido. Não fazê-lo, seria tolo, ingênuo ou francamente ideológico. Do ponto de vista ético, a explicitação seria mais honesta do que a pretensão de isenção ou, no mínimo, não incorreria na mesma ingenuidade. E, uma vez que a objetividade é impossível, por que persegui-la? O próprio enunciado de que a objetividade é desejável passou a ser considerado ideologicamente motivado e associado a esquemas de poder específicos (“a quem interessa a neutralidade sobre tal ou qual assunto?”).

Em síntese, são estes os termos pelos quais aparece justificada a abordagem relativista nos trabalhos históricos do tipo dos criticados por Hobsbawm. Sua ancoragem teórica, quando há uma, são os nomes da Linguística francesa associados ao pós-modernismo e ao desconstrucionismo, como Foucault ou Derrida, a um Bakhtin lido nesta direção ou a autores específicos filiados a estas abordagens.

Cabe então perguntar se era nisso que consistia o projeto de renovação da História a partir da incorporação da linguagem aos seus fundamentos epistemológicos.

Esse projeto foi gerado no bojo da efervescência do estruturalismo francês, no final dos anos 1960. Seu nascimento e seus objetivos fundamentais estão descritos no capítulo 24, “L’âge d’or de la nouvelle histoire”, no segundo volume da *Histoire du Structuralisme* de François Dosse. Dosse relata a emergência da noção de que não há “História”, mas “histórias” e de como se abandonou a vocação totalizante do projeto hegeliano que atrelava a filosofia à História.

O livro de Paul Veyne, *Comment on écrit l’histoire*, é o que mais se aproxima de um texto programático desta abordagem. Segundo Dosse, Veyne estava seduzido pela “orientation structuraliste de Foucault, sensible à l’autonomisation du discours qui ne révèle pas le réel, et qui se tient à l’écart du référent”.

O trabalho de Veyne procede, em primeiro lugar, à crítica à idéia de *événement* (acontecimento, evento, fato histórico), que consiste, justamente, em considerar que os fatos não têm um recorte absoluto e que não há “fato atômico”. No lugar do fato, Veyne postula a idéia de um campo acontecimental (*champ événementiel*), que estruturaria (na acepção estruturalista do termo) uma ordem de eventos. É na caracterização deste campo, que ele diz que “os eventos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um recorte que nós operamos sobre a realidade”; “eles não tem nenhuma unidade natural e não se pode recortá-los a partir de suas verdadeiras articulações, pois eles não as têm”. E acrescenta, um pouco adiante, que “a sua verdade inacessível integra os inumeráveis pontos de vista que nós assumimos sobre eles e que possuem, todos, a sua parcela de verdade”.

Podemos reconhecer nestas passagens o cerne das concepções combatidas por Hobsbawm. Para Paul Veyne, o historiador não é um pesquisador que verifica fatos, mas que cria conceitos. Sua perspectiva é sempre parcial, jamais universal. Não há mais totalidade, nem teleologia.

Lamentavelmente, nunca houve um debate entre ambos. Porém, esse debate efetivamente aconteceu, nos anos 1970, mas entre o filósofo francês Louis Althusser e o historiador britânico Edward Thompson, membro do mesmo grupo de historiadores marxistas que Hobsbawm. Thompson publicou, em 1978, uma feroz diatribe contra as posições estruturalistas em História, o volume *The Poverty of Theory*. Thompson considera suspeito e indesejável o próprio propósito de fazer da História uma disciplina teoricamente sofisticada ancorada em conceitos da lingüística estrutural francesa.

4. Relativizando o relativismo

Podemos assumir que estas colocações de Paul Veyne caucionam as leituras pós-modernas em História? Quase certamente não. Dois equívocos parecem marcar esta produção.

O primeiro diz respeito ao próprio relativismo lingüístico e à sua transposição para outros domínios. A pista para este equívoco aparece no texto de um outro incomodado com o relativismo, o sociólogo inglês Anthony Giddens. Num artigo chamado *Estruturalismo*,

Pós-estruturalismo e a produção da cultura, no qual critica particularmente as formulações de Derrida, Giddens coloca que:

“A noção do caráter arbitrário do signo é responsável não apenas por alguns pontos fortes, mas pela duradoura fraqueza que contamina as tradições estruturalista e pós-estruturalista de pensamento. (...) Esse termo ‘arbitrário’ não é particularmente feliz para o fenômeno em apreço. Conforme Saussure reconheceu plenamente, as convenções atinentes ao uso lingüístico decerto não são arbitrárias no sentido de que o usuário da língua pode escolher qualquer possibilidade expressiva que queira.”

Em seguida, Giddens coloca que o fato de nem Saussure, nem seus seguidores terem desenvolvido uma teoria da referência deixou uma lacuna e uma fragilidade definitivas na abordagem (estruturalista e pós-estruturalista). E cita uma passagem de *Natureza do Signo Lingüístico* de Benveniste, dizendo que este “percebe a confusão” da formulação saussureana, para dizer que não se pode prescindir de uma teoria da referência e que a necessidade da remissão à realidade é tão forte que ela se impôs a Saussure malgrado ele, no texto do *Curso de Lingüística Geral*.

É já interessante que Giddens tenha procurado ir até a fonte última da formulação relativista e lido Saussure e Benveniste. É, forçosamente, uma leitura superficial, quase leiga (o CLG é uma leitura falsamente simples e costuma iludir os marinheiros de primeira viagem). Mas ela dá a pista para o equívoco da apreensão pós-moderna: o entendimento de “arbitrário” como consentindo, desde logo, qualquer associação de sentidos. “Arbitrário” é entendido, nesta apreensão, como sinônimo de “aleatório”. Ora, justamente o sentido da observação de Benveniste é contrastar a arbitrariedade virtual, como potencialidade, da língua com a relação de necessidade real entre os termos dos sistemas efetivamente constituídos. Os valores dos signos são relativos da mesma forma que o são as variáveis de uma expressão como $X+Y=Z$. Os valores destas variáveis não podem ser quaisquer; eles são interdependentes, o valor de um dependerá do que for atribuído aos outros. A expressão “valores relativos” significa “relativos uns aos outros, que fazem parte do mesmo sistema” e não “valores aleatórios”.

Assim, o primeiro equívoco consiste em acreditar que a noção de arbitrário do signo cauciona de antemão qualquer ponto de vista que se queira assumir sobre qualquer assunto. É uma leitura ingênua, justamente porque ela presume um sujeito externo à linguagem que a usa e manipula segundo seus interesses e conveniências. Mais exatamente, é uma leitura liberal, que postula um sujeito livre usando livremente a linguagem. A arbitrariedade do signo é lida como “livre-arbítrio” (razão provável para Giddens considerar “infeliz” a escolha do termo), como possibilidade aberta de escolha entre muitas formulações.

O segundo equívoco consiste em fazer uma aplicação voluntarista dessa leitura: uma vez que a linguagem tem esta plasticidade, os sentidos serão aquilo que nós quisermos que eles sejam. Toda a noção do assujeitamento do falante pela língua, fortemente presente em Saussure, desaparece desta formulação. Emerge um sujeito liberal fazendo um uso instrumental da linguagem para levar a cabo seus propósitos e intenções.

Porém, a crítica de Giddens é a de um liberal criticando outros liberais. Ao invés da remissão inexata a Benveniste, faria mais sentido apontar a sociologia de Durkheim como uma das fontes do pensamento saussureano, na qual aparece configurada a idéia de um condicionamento externo e imotivado. O problema das leituras pós-modernas de Saussure não é a falta de uma teoria da referência, como Giddens reivindica, mas a adoção de uma perspectiva limitada sobre o alcance da linguagem na constituição do sujeito. Essas leituras converteram um relativismo descritivo num relativismo programático, como se a disputa girasse em torno de como as coisas devem ser feitas e não de como elas efetivamente se passam.

O equívoco de Hobsbawm foi ter levado esta leitura à sério. Mas ela foi criada e é usada para justificar e legitimar intelectualmente posicionamentos políticos que tem pouca relação com a historiografia e não é difícil demonstrar a sua inconsistência. O paradoxo é que os relativistas “aleatórios” são falsos relativistas. Eles acreditam numa certa ancoragem dos fatos e dos princípios e é a partir dela que “usam” a linguagem para tais ou quais causas ou movimentos. Sua alegada recusa da objetividade consiste, de fato, na fé devotada a uma objetividade de ordem diferente daquela estabelecida por uma propriedade referencial da linguagem.

Não faz sentido, portanto, rejeitar toda a consciência que adquirimos sobre o papel da linguagem na vida humana só para exorcizar o emprego exótico e enviesado que um contingente de pesquisadores, por mais numeroso que seja, faz dele. O que faz sentido é encarar os problemas que essa consciência nos coloca. Estamos apenas começando a fazer isso. É a posição de princípio proposta por Tzvetan Todorov em *L'esprit de Lumières* - incorporar a linguagem, em toda a sua complexidade não implica numa atitude irracionalista, anti-intelectual ou anti-universalista. Mas é preciso criticar e atualizar os termos das formulações iluministas, que caducaram a muitos respeito, mas não aos fundamentais. Daí seu aforismo: “C'est en critiquant les Lumières que nous leur resterons fidèles”. Ao invés de cultivar uma nostalgia da referência e de um universalismo baseado na busca da constituição de um ponto de vista único, como propõe Hobsbawm, faz mais sentido reformular esse horizonte, sem perder o que ele tem de positivo.

Bibliografia

BENVENISTE, Émile. “A Natureza do Signo Lingüístico”. In: *Problemas de Lingüística Geral*. Cia.Ed.Nacional/EDUSP, 1976.

DOSSE, François. *Histoire du Structuralisme* (vol.2). Paris: Eds.la Découverte, 1992.

GIDDENS, Antony. “Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura”. In: Giddens&Turner (orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed.Unesp, 1996.

HOBBSAWM, Eric. *Tempos Interessantes*. São Paulo: Cia.das Letras, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1968.

THOMPSON, Edward. *The Poverty of Theory*. London: Merlin Press, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *L'Esprit des Lumières*. Paris: Robert Laffont, 2006.

VEYNE, Paul. *Comment on Écrit L'Histoire*. Paris: Seuil, 1971.